

Maria Aparecida Bayão,
cidadã atuante no
Conselho Municipal
de Assistência Social
de Belo Horizonte

CONTROLE SOCIAL: CIDADÃO PROTAGONISTA

A atuação e mediação dos conselhos e
das conferências de Assistência Social

Profissionais do sexo e dignidade

Mercantilização, luta, mulher

Assistente social no Ministério Público

Mercantilização do corpo e da vida das mulheres

Bernadete Esperança Monteiro, militante da Marcha Mundial das Mulheres

Vivemos em uma sociedade de mercado, capitalista e patriarcal, na qual o corpo das mulheres constitui um campo em que se expressa a relação de dominação do homem, ao mesmo tempo em que, cada vez mais, essa mesma relação de dominação se expressa no mercado, com alcance ampliado.

A sociedade impõe padrões de beleza racistas, sexistas e o mercado difunde uma ideia do corpo das mulheres como objeto - em constante ajuste, retoque, conserto.

A associação entre capitalismo e patriarcado, que transforma as mulheres em objetos, está no centro da violência sexista. O Brasil possui o sétimo maior índice de homicídios de mulheres do mundo. Essas mulheres são assassinadas, muitas vezes, porque não se calam diante de situações de violência ou porque exerceram sua autonomia. Conforme aponta pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010), a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no país; a cada minuto, cinco mulheres sofrem assédio sexual; e a cada hora, 220 mulheres são obrigadas a ter relações sexuais forçadas.

Na publicidade, a mulher é constantemente representada como um objeto de consumo que para ter valor, precisa seguir um padrão de beleza. Para atingir esse padrão, a mulher deve consumir uma enorme quantidade de produtos e serviços. As indústrias farmacêuticas e cosméticas acumulam lucros estrondosos, à custa da propagação da insegurança das mulheres, gerando, além de tudo, graves doenças como os distúrbios alimentares. Há remédio para emagrecer, moderar apetite etc. E sempre há os antidepressivos para aquelas que não conseguem atingir o objetivo de modelar o corpo ao padrão do que é considerado desejável e aceitável.

A prostituição também é expressão da mercantilização do corpo e vida das mulheres, na qual se conjugam a violência e a subjugação. A indústria do sexo é um setor internacionalmente articulado e poderoso, que gera lucros enormes e é associado ao tráfico de drogas, armas, corrupção e esquemas de crime organizado, sobrevivendo da exploração massiva do corpo de mulheres e crianças.

É necessário que construamos lutas que sejam capazes de romper com essa lógica de mercado que transforma mulheres em objetos a serem comprados, vendidos ou mesmo tomados à força! É necessário mudar o mundo para mudar a vida das mulheres. É necessário mudar a vida das mulheres para mudar o mundo! Por isso é que seguiremos em Marcha até que TODAS sejamos livres! ■

Questão social, gênero e mercantilização do corpo da mulher

Michelly Ferreira Monteiro Elias, assistente social, mestre em Políticas Públicas e professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Dentre as diversas bandeiras de luta do movimento feminista, uma questão urgente, hoje, é o combate à mercantilização da mulher. Essa problemática se expressa pela mercantilização de nossos corpos, questão que está atrelada ao movimento insaciável do capital e à predominância do patriarcado. E nós, assistentes sociais, devemos entender que as relações de gênero também são um desdobramento da questão social.

A partir do papel construído e atribuído à mulher hoje, associado às particularidades do processo histórico brasileiro, destacamos que nossa realidade é permeada por alguns avanços, parte conquistados por meio da luta dos movimentos feministas. Dentre eles estão a atuação e o reconhecimento em diversas áreas profissionais, novas experiências de organização familiar em que o homem não é naturalmente o "chefe da casa e da família" etc.

Tais conquistas coexistem com um conjunto de opressões, desigualdades e discriminações, como o pagamento de salários inferiores aos dos homens. Intrínseco a essas contradições, está a mercantilização das mulheres, que se dá por meio do uso do corpo feminino em propagandas publicitárias; do incentivo à prostituição, associada de forma deturpada à ideia de liberdade sexual e de poder de escolha; da busca insana por um padrão estético e da submissão psicológica e social perante os homens.

Esse processo se associa a uma realidade que reforça a lógica patriarcal e os valores machistas (potencializados pelo modelo de acumulação capitalista). Tal situação tem tido como uma de suas piores consequências o aumento da violência contra a mulher.

Podemos afirmar que as relações de gênero, as condições de vida e o papel da mulher na atualidade têm expressado a permanência do conservadorismo aliado ao aumento da opressão contra a mulher. Enfrentar isso é um grande e complexo desafio para as mulheres, para os movimentos feministas e para as organizações comprometidas com os direitos humanos e com a emancipação humana.

Esse desafio também é do Serviço Social, seja no âmbito da sua formação, para melhor conhecermos as questões e contribuirmos com o debate e os processos organizativos dos movimentos sociais e feministas, seja no âmbito da atuação profissional, no sentido de construir estratégias de intervenção que contribuam para o enfrentamento. Portanto, as lutas dos movimentos feministas nunca foram tão atuais e necessárias. ■

Esta página é dedicada ao diálogo entre os movimentos sociais e os profissionais de Serviço Social.

Profissionais do sexo e assistentes sociais: uma parceira pela dignidade

Mães, filhas, chefes de família. Mulheres que se alegram e que choram como qualquer outro ser humano. Mas por exercerem uma ocupação envolta em preconceitos e tabus, exacerbados pela lógica capitalista de mercantilização do corpo feminino, as profissionais do sexo são condenadas a ter sua imagem denegrida, e seus direitos civis, sociais e humanos anulados.

Militando contra qualquer tipo de discriminação e lutando pelo acesso de todo cidadão a seus direitos, o Serviço Social exerce um papel fundamental para que esse público conheça e reivindique as políticas públicas de seu direito.

Há cinco anos atuando na Pastoral da Mulher de Belo Horizonte, que atende as prostitutas nos hotéis do hipercentro da capital, a assistente social Viviane Fonseca diz que a informação é o mote de seu trabalho. “Essas mulheres vivem e sobrevivem da prostituição. Não têm tempo nem cabeça para mais nada. O que fazemos é ir até os quartos em que elas fazem os programas, informando-lhes sobre seus direitos como cidadãs e seres humanos”, explica.

Só nessa região central da cidade, mais de três mil mulheres, vindas de várias partes do país, alugam quartos para se prostituírem. Muitas vivem em condições subumanas e acabam desenvolvendo transtornos mentais como depressão e ansiedade, sem sequer conseguir sair na rua. “Junto com uma psicóloga, analisamos os casos individualmente para realizarmos os encaminhamentos necessários, desde a área da Saúde à Previdência. Para isso, precisamos estar sempre articulados com uma grande rede de atendimento social”, ressalta Viviane.

Viviane Fonseca

vai até os quartos em que as mulheres fazem os programas e as informa sobre seus direitos como cidadãs e seres humanos.



A entidade promove, ainda, cursos gratuitos de informática, idioma e estética, que visam ser uma fonte de renda alternativa. Mesmo assim, Viviane sabe que para essas profissionais não é fácil abandonar a prostituição. “As mulheres que frequentam a Pastoral são mais velhas e não têm intenção de recomeçar a vida. Há também a questão do salário. Preferem ganhar dois mil aqui que um salário mínimo trabalhando como doméstica em uma casa de família”. E a assistente social ainda completa: “Elas costumam dizer que quando o movimento está bom, ficam para conseguir mais

dinheiro e quando está ruim, elas também ficam, pois precisam de algum dinheiro. É um círculo vicioso.”

A estrutura que leva essas pessoas a se prostituírem é complexa e difícil de ser alterada. Portanto, é necessário que o assistente social aja com profissionalismo, reconhecendo seus limites para evitar frustrações. “A situação delas é indignante, mas é preciso saber até onde podemos ajudá-las. É inviável, por exemplo, incentivar que elas deixem a prostituição, sendo que não temos outro trabalho para oferecer como alternativa.”

REDUZINDO DANOS E AMPLIANDO DIREITOS

Encarar a realidade e tentar minimizar os prejuízos causados pela prostituição parece ser a estratégia mais adequada. A chamada “Política de Redução de Danos” é adotada também na Associação Casa Viva, em Juiz de Fora, onde trabalha a assistente social Érica Herzog.

Essa tática propõe a identificação de fatores presentes nessa ocupação que põem em risco a saúde individual e coletiva. “A nossa proposta é atenuar os riscos de contração de doenças, além de trabalhar com estratégias de enfrentamento de condições desfavoráveis”, explica.

Para atingir o objetivo, é comum que essas instituições distribuam insumos de prevenção como camisinhas, gel lubrificante e material informativo. Na Casa Viva, as abordagens acontecem nos pontos de prostituição da região central da cidade. “Como assistente social faço atendimentos individuais e em equipe, nos quais ocorrem oficinas de orientação sobre doenças sexualmente transmissíveis e infectocontagiosas. Além disso, faço os encaminhamentos dos usuários para a garantia de seus direitos.”

A assistente social ressalta, ainda, a relação nociva da prostituição com o uso de drogas. “Muitos dos nossos usuários se drogam para conseguirem fazer programas e outros fazem programas para manter o uso de drogas.” Nesse aspecto, são usadas orientações específicas de redução de danos aos usuários de drogas, sendo sugerido a estes que se hidratem bastante, não compartilhem agulhas, evitem o uso de latinhas para fabricarem cachimbos de crack etc.

São inúmeros os desafios e fragilidades sociais que o profissional de Serviço Social encontra nessa área, destaca Érica, o que exige um amplo conhecimento da rede social de apoio, bem como das dinâmicas sociais. “Nesse campo sócio-ocupacional é essencial ser desprovido de preconceitos e compreender bem a dinâmica social para proporcionar escuta e intervenção propícias”, aponta a assistente social. ■

Os Conselhos e as Conferências de Assistência Social mediando o cidadão protagonista

Ir para as ruas reivindicar, fazer protestos e greves são formas de chamar a atenção dos governantes para o que precisa ser mudado. Entretanto, não é só por meio de manifestações sociais que isso pode ser feito. É fundamental que a sociedade civil se organize para atuar no planejamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas e programas governamentais. A isso se dá o nome de controle social, garantido pela Constituição Federal de 1988, como forma de ampliar a participação e a democracia no país.

Uns dos principais mecanismos de controle social são os conselhos de políticas sociais, que se vinculam administrativamente aos governos federal, estadual e municipal. Nesses espaços, conselheiros representantes do governo e da sociedade civil – usuários, entidades e trabalhadores – se reúnem para debater possíveis melhorias nos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Os maiores órgãos deliberativos de controle social no país são as conferências nacionais de políticas sociais, que acontecem de quatro em quatro anos, e são abertas ao público. Neste ano, por exemplo, acontece a 9ª Conferência Nacional de Assistência Social, que será realizada em dezembro, em Brasília, com o tema “A Gestão e o Financiamento na Efetivação do Suas”.

Antes dela, acontecem as Conferências Municipais e Estaduais que, segundo a assistente social Daniella Coelho, secretária executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (CMAS-BH), são momentos oportunos para conscientizar a sociedade de seu potencial crítico e transformador no desenvolvimento do

nosso país. “O usuário precisa saber que pode e deve intervir para melhorar sua realidade e a de sua comunidade. Ele deve ser capaz de avaliar a política de assistência social e deliberar de acordo com a sua necessidade e a de sua região”, afirma.

Após a realização desses eventos em âmbito regional, as contribuições de todos os municípios e seus estados são debatidas durante a Conferência Nacional. O objetivo é que, com a participação de todos, sejam construídas as deliberações que orientarão as ações dos Conselhos de Assistência Social nos próximos anos.

Período de realização das Conferências de Assistência Social de 2013

Conferências Municipais

prazo inicial - 08 de maio | final - 09 de agosto

Conferências Estaduais e do Distrito Federal

prazo final - até 18 de outubro

Conferência Nacional de Assistência Social

16 a 19 de dezembro

Para mais informações, procure o Conselho Municipal de Assistência Social da sua região.

APROPRIANDO-SE DO DIREITO DE INTERVIR

Ninguém melhor para dizer quais as mazelas vividas por uma comunidade do que seus próprios moradores. É a partir dessa lógica, que a mobilização para a participação dos cidadãos nas Conferências Municipais, abertas ao público, acontece de dentro pra fora. ►

Ligados aos CMAS estão os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), cada qual com suas Comissões Locais de Assistência Social (Clas). Os gerentes de cada Cras, posto ocupado por líderes comunitários, são responsáveis por fomentar a participação dos demais membros da comunidade nesses eventos. “O CMAS dá uma diretriz de como será feita a mobilização, mas quem opera são os gerentes de assistência social, que têm a capacidade de identificar a melhor forma de incitar os usuários de sua região”, explica Daniella.

O papel do usuário, por sua vez, é fundamental nesse processo, pois ele vai apontar melhor do que qualquer gerente ou trabalhador, qual é a demanda daquela comunidade, por ser quem usufrui diariamente dos serviços oferecidos no local. “A compreensão dessa dinâmica contribui, não apenas para saber como exercer o controle social na área da Assistência Social, mas também na Saúde, Educação, etc., permitindo um olhar mais crítico desse cidadão”, assegura.

O município tem a autonomia de escolher como mobilizará a sociedade para as Conferências, seja por meio de plenárias, palestras, debates públicos, encontros temáticos, entre outros. No caso do CMAS de Montes Claros, optou-se por promover pré-conferências nos territórios dos Cras.

Mas além de oferecer condições necessárias para que todos possam comparecer, a assistente social Franciely Veloso, secretária executiva do órgão, aponta que o maior desafio é despertar o interesse das pessoas. “Muitas delas estão desacreditadas no sistema político e nos governantes. Elas acabam duvidando, inclusive, da própria capacidade de contribuir para a melhoria dos serviços públicos. Assim, corremos o risco de cristalizar a subalternidade histórica dos nossos usuários de serem vocalizados por terceiros”, ressalta.

QUALIFIQUEI-VOS!

De fato, compreender a dinâmica social e do que se trata o controle social são requisitos básicos para que o cidadão possa exercer seu papel na sociedade de maneira consciente, seja apenas como um cidadão questionador ou como um gerente de assistência social de um Cras, principal mediador entre as demandas dos usuários e conselheiros do CMAS.

Para Daniella, é fundamental que os Conselhos Municipais tenham funcionários suficientes para assessorar esses gerentes e qualificá-los de modo que a mediação seja a mais eficaz possível. “Esse despreparo se reflete em toda a dinâmica do controle social. Acontece muito de, no dia das Conferências, usuários comparecerem sem sequer saber o que estão fazendo ali. A participação deve ser ativa e consciente”, observa.

A qualificação deve permear todo o processo do controle social. É ineficaz ter, nessa lógica, um usuário que desconhece seus direitos e deveres. Contar com um gerente ou conselheiro, representante de usuários, entidades, trabalhadores ou governo, que ignora a política de assistência social, também é desvantajoso. “Ao representar um grupo social, o cidadão precisa ter conhecimento aprofundado das deliberações dessas conferências a fim de garantir que elas sejam cumpridas. Se os atores envolvidos não estão devidamente qualificados, eles não conseguem exercer sua função”, afirma Daniella.

E O SERVIÇO SOCIAL?

Assim como o Serviço Social, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) defende aspectos como autonomia, emancipação, defesa intransigente de direitos humanos, consolidação da cidadania, socialização da participação política e a riqueza socialmente produzida. Os Conselhos de Assistência Social, por exemplo, são importantes mecanismos de democracia participativa e que precisam ser constantemente fortalecidos.

Portanto, enquanto profissional defensor da emancipação e garantidor de direitos, o assistente social se insere no processo de participação popular e de controle social como provocador. “Dentro desse espaço, a nossa categoria está apta a levar informação sobre a política de assistência social e despertar na população essa sede de influir na coisa pública, de participar, de adentrar no mundo coletivo e se assumir como ser político”, ressalta Franciely.

A secretária executiva do CMAS de Montes Claros destaca, ainda, que enquanto ator social componente desse processo, o assistente social deve participar também na condição de cidadão e de profissional do Suas, contribuindo no desafio de ►

levantar a bandeira do “interesse público como o valor máximo da sociedade”.

Já no que se refere ao espaço sócio-ocupacional, as instâncias de controle social na Área de Assistência Social oferecem numerosas oportunidades de trabalho, com cargos em que ser profissional de Serviço Social faz toda a diferença. “O assistente social tem um grande arcabouço em relação à política de assistência social, por conta da grade curricular e da nossa própria formação ético-política. Essa característica propicia um olhar diferenciado para as demandas sociais”, argumenta Daniella, secretária-executiva da CMAS-BH.

CIDADÃ PROTAGONISTA

Mulher, negra e pobre. Maria Aparecida Bayão nasceu em uma fazenda localizada em Santo Antônio do Gramma, na Zona da Mata Mineira. O nome ela herdou do patrão, que só mais tarde descobriu ser seu pai. A vida da senhora de 63 anos, que ainda jovem se mudou para BH, nunca foi fácil, mas nem por isso ela se calou diante das injustiças sociais. “Toda vida eu fui assim, contestadora. As pessoas me diziam que eu faria muitos inimigos, mas isso nunca me intimidou”, conta.

Desde que chegou à capital, Bayão, como é conhecida nos grupos sociais que frequenta, sempre dividiu seu tempo entre as casas onde trabalha como doméstica, a criação de suas duas filhas e o trabalho voluntário em associações e conselhos que defendem os direitos dos cidadãos. “Comecei reivindicando uma creche para minhas vizinhas e eu termos onde deixar nossos filhos enquanto trabalhávamos. Depois de muito lutar, consegui o espaço e ainda trabalhei lá, por 15 anos, sem receber um centavo em troca.”

Bem articulada, a senhora, que concluiu o Ensino Médio em 2008, sabe que é preciso estar sempre informada para defender suas causas com propriedade. “Fiz um curso de capacitação pelo Ministério da Fazenda e fiquei revoltada ao saber da quantidade de dinheiro arrecadado pelo país e que ninguém sabe onde vai parar. Isso justifica como em um país tão rico ainda há tanta gente passando fome”, desabafa.

Quando o assunto é política, ela não tem papas na língua na hora de avaliar os governos e tem uma ►

posição partidária bem definida. “Sou convidada com frequência para me afiliar a partidos políticos, mas ando muito decepcionada com nossos representantes. Dessa forma, prefiro ser suprapartidária e ter a liberdade de questionar o partido que for”, afirma.

O respeito ao cidadão e ao ser humano é o principal interesse de Bayão. Há alguns anos, durante uma Conferência Nacional de Assistência Social, uma professora renomada impediu que os representantes da população em situação de rua, que também participavam do evento, falassem. Imediatamente, Bayão pediu a palavra e contestou a posição da docente. “Se não estamos aqui para dar vozes às diferentes representações sociais e suas demandas, podemos ir embora para casa”, relembra indignada.

Na mesma ocasião, ao ser perguntada sobre o que achava de estar em um evento com Lula, então presidente da República, ela foi categórica. “Ele é tão humano como qualquer um de nós. Como presidente, é mais do que sua obrigação estar aqui, hoje”. No final daquele ano, ela conta, orgulhosa, que recebeu uma correspondência da presidência cumprimento-a pelo trabalho que ela vinha desenvolvendo em prol dos cidadãos.



Bayão

como é conhecida normalmente, faz parte de vários grupos de controle social, pois sabe da importância da participação civil nesses espaços.

Bayão, que também participou da implantação do Orçamento Participativo em BH, em 1993, e é cofundadora da Comissão Municipal de Transportes e Trânsito, criada em 1998, representa, hoje, os usuários da Regional Oeste no CMAS-BH. “Estou aqui desde 2004. Quando já não posso me reeleger, dou um jeito de continuar participando de outras formas, como nas reuniões dos Cras. Acho que cada um pode e deve fazer o possível para melhorar sua vida e, para mim, o controle social é a melhor forma de alcançar essas melhorias”, conclui. ■

Assistente social no Ministério Público: trabalho em conjunto pela democracia

Defender a democracia e os interesses coletivos e individuais indisponíveis a fim de garantir a cidadania plena e o desenvolvimento sustentável. A frase, que muito se assemelha aos ideais propostos pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, trata-se, na verdade, da missão institucional do Ministério Público (MP).

Essa convergência ideológica faz da entidade um campo fértil para a atuação do assistente social, como explica Adriane Mendes, que trabalha na Promotoria de Justiça Cível da Infância e Juventude de Minas Gerais. “Apesar de complexa, a organização do MP é muito pertinente e condiz com as demandas de várias políticas públicas, como Saúde, Família, Defesa do Consumidor e Meio Ambiente. A nossa contribuição, aqui, para a efetivação dessas políticas se dá de diversas maneiras”.

Ela diz que as competências do assistente social variam de acordo com sua colocação na instituição. Entretanto, a assessoria aos promotores de justiça é uma das principais funções desse profissional no MP. “Temos como instrumentos a fiscalização da rede de atendimento e, mais recentemente, o acompanhamento e monitoramento do Sistema Único de Assistência Social”. As ações têm como intuito melhorar a qualidade dos serviços prestados e fomentar políticas públicas para os usuários em questão.

Mesmo com tantas formas de atuação, o quadro de profissionais do Serviço Social na entidade é muito reduzido. Em Minas Gerais, há apenas dezesseis contratados. Atualmente, a demanda maior é nas promotorias de Acolhimento, Educação e Abuso e Exploração Sexual, onde não há nenhum profissional atuando. “Esperamos que essa situação mude, pois as possibilidades de atuar nesse espaço são muitas. A nossa categoria tem muito a contribuir para o cumprimento da missão do MP”, comenta Adriane.

ORGANIZAR - SISTEMATIZAR - VISIBILIDADE

O 3º Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público, promovido em Belo Horizonte, em 2010, foi o principal motivo para a criação do Núcleo de Assistentes Sociais do Ministério Público de Minas Gerais (NASMP/MG).

Após a realização do evento, as reuniões continuaram para dar sequência aos debates sobre a prática profissional na entidade, como afirma Cláudia Andrade, coordenadora do NASMP/MG junto com Adriane, e alocada na Promotoria de Justiça Infracional da Infância e Juventude. “Atuamos em várias promotorias e precisamos de um momento para trocarmos experiências sobre essa

diversidade de demandas que nos é dada. Além disso, as reuniões são um espaço de organização profissional e política que nos dá maior visibilidade aqui dentro.”

Em 2013, o Núcleo tem a tarefa de promover o Encontro Estadual, que antecederá o 5º Encontro Nacional, que será realizado em setembro de 2014, na Bahia, com o tema “Planejar em que direção?”. Cada estado deverá debater antecipadamente os assuntos das oficinas que acontecerão no próximo ano, entre os temas estão “Metodologia: processamento de trabalho do assistente social no MP” e “Condições éticas e técnicas do trabalho do assistente social no MP”.

De pé, da esq. para dir.
Mábel Heloísa Fulgêncio
Campos Piancastelli,
Isabel de Castro Ferreira
Sentadas, da esq. para dir.
Cláudia Valéria Fonseca
Andrade, Adriane Mendes
de Souza



Esses eventos têm o objetivo de traçar diretrizes para a prática profissional nos segmentos de atuação do MP, contribuir para o aprimoramento e divulgação do trabalho desenvolvido pela categoria na instituição e consolidar a identidade do Serviço Social na perspectiva da garantia de direitos.

Os relatórios produzidos ao final dos Encontros Nacionais são encaminhados para o Conselho Nacional do Ministério Público. Para Cláudia, a visibilidade que o Serviço Social consegue, através desses encontros, facilita, de alguma forma, a entrada de novos assistentes sociais na instituição. “Esses são momentos que fortalecem a profissão dentro dos MPs, pois é a partir deles que a nossa atuação aqui passa a ser reconhecida. Consequentemente, aumentam as chances de que novos concursos públicos sejam feitos”, ressalta.

As duas coordenadoras do NASMP/MG contam que as dificuldades para se reunirem, tanto em âmbito estadual, como nacional, são muitas, devido a problemas de tempo, distância, entre outros, mas afirmam que vale o esforço. “Nosso trabalho aqui é extenso, mas, sabemos que é fundamental nos organizarmos para sistematizar nosso fazer profissional, pois assim nossa categoria ganha mais visibilidade no MP e o nosso trabalho se torna mais enriquecedor para todos”, indica Adriane.

Com o afinamento e o aperfeiçoamento do serviço prestado, todos saem ganhando: o Serviço Social, o Ministério Público e principalmente os usuários. ■

3º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais

Em março, serão abertas as inscrições para o 3º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, que acontecerá de 7 a 9 de junho, em BH, e terá como tema "Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social".

A programação inclui debates e plenárias de temas relacionando o Serviço Social com o Suas, Saúde, políticas educacionais, questões urbanas, campo sociojurídico e outros.

Confira os valores de inscrição e acesse o site do CRESS-MG para se inscrever!

- Assistentes sociais: Até 30/04/13 - R\$120 | Após 30/04/13 - R\$ 150
- Estudantes de Serviço Social: Até 30/04/13 - R\$ 60 | Após 30/04/13 - R\$ 80 ■

Projeto Formação Continuada em Montes Claros

O Projeto Formação Continuada, promovido pelo CRESS-MG, realizará dois minicursos em Montes Claros. Cada um tem duração de 9 horas e acontece sempre aos sábados, das 8h às 17h. A inscrição custa R\$50 e pode ser feita no site do Conselho.

Programação

20/04 - Serviço Social e Trabalho Interdisciplinar | Professora: Fátima Grave Ortiz

10/08 - Gestão Social e Serviço Social | Professor: Rodrigo de Souza Filho ■

Livro propõe novo olhar para o tratamento de Saúde Mental para jovens

Adentrar no mundo quase impenetrável de uma menina autista ou aproximar-se de um jovem usuário de drogas. Os desafios e os novos olhares para a abordagem desse público são alguns dos pontos tratados no livro "Crianças e adolescentes: o cuidado em Saúde Mental, o trabalho feito por muitos" (Editora CRV), organizado pela assistente social Ana Maria Bontempo e pela psicóloga Tânia Ferreira.

Ao longo da narrativa, as autoras tentam traduzir o dever ético de quem trabalha nesse campo sócio-ocupacional e dos autores que se dedicam a pensar o tema da Saúde Mental para jovens.

Acesse o site da editora e saiba como adquirir a obra:

www.editoracrv.com.br ■



BOLETIM CONEXÃO GERAES

N. 66, ano 20, março de 2013

Tiragem: 15.000

Coordenação: Comissão de Comunicação

Projeto gráfico, tratamento fotográfico e

diagramação: Thiago Alcântara

Redação: Marcela Viana

Jornalista Responsável: Marcela Viana (17.386 MG)

Fotografias: Marcela Viana

Assessor de Comunicação: Thiago Alcântara

Assessora Adjunta de Comunicação: Marcela Viana
comunicacao@cress-mg.org.br

Comissão de Comunicação: Carla Alexandra Pereira,
Cristiano Costa de Carvalho, Janaina Andrade dos Santos,
Leonardo David Rosa Reis, Marcela Viana,
Marisaura dos Santos Cardoso, Raquel Mota Dias Gaio,
Renato Mateus de Santana e Thiago Alcântara

GESTÃO COMPROMISSO E LUTA (2011-2014)

Presidente: Leonardo David Rosa Reis

Vice-presidente: Maira da Cunha Pinto Colares

1ª Secretária: Daisy Dias Lopes

2º Secretário: Gustavo Henrique Teixeira

1ª Tesoureira: Marisaura dos Santos Cardoso

2ª Tesoureira: Marcelo Armando Rodrigues

Conselho Fiscal: Darklane Rodrigues Dias e

Cristiano Costa de Carvalho

Suplentes: Maria de Lourdes dos Santos Borges,

Helena Teixeira Magalhães Soares,

Maria de Fátima Santos Gottschalg,

Waldeir Eustáquio dos Santos,

Maura Rodrigues de Miranda,

Janaina Andrade dos Santos,

Fabricia Cristina de Castro Maciel,

Wagner Maciel Silva e

Alexandre Alves Ribeiros

O CRESS-MG, consciente das questões sociais e ambientais, utiliza na impressão deste material papéis certificados pela FSC (Forest Stewardship Council). A certificação FSC é uma garantia de que a matéria-prima advém de uma floresta manejada de forma ecologicamente correta, socialmente adequada e economicamente viável.

SECCIONAL JUIZ DE FORA

Coordenadora: Ana Maria Arreguy Mourão

Tesoureira: Helyene Rose Cruz Silva

Secretária: Raquel Mota Dias Gaio

Suplentes: Patrícia Teixeira Groppo de Oliveira,

Antoniana Dias Deffilipo Bogogno e

Beatriz Damasceno Touna

SECCIONAL MONTES CLAROS

Coordenadora: Rosilene Aparecida Tavares

Tesoureira: Larissa Mônica Sepúlveda

Secretária: Sarah Edneli Leite Ferreira

Suplente: Carla Alexandra Pereira

SECCIONAL UBERLÂNDIA

Coordenadora: Flávia Maria da Silva Santana

Tesoureira: Luana Gonçalves de Oliveira Souza

Secretária: Vanda Aparecida Franco Macedo

Suplentes: Carmem Guardinho Maywald e

Renato Mateus de Santana